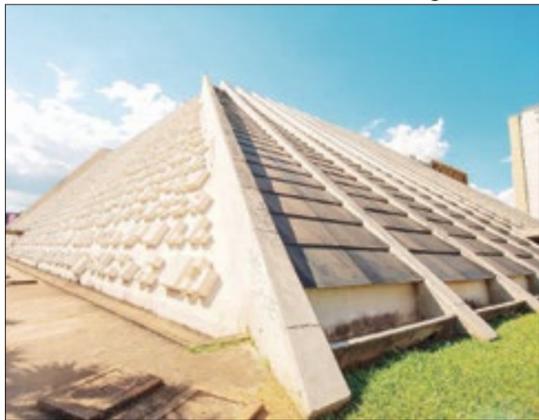


CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Agência Brasília



Museu da Democracia será ao lado do Teatro Nacional

Apesar de Lula, 60 anos do golpe serão lembrados

Em entrevista recente ao jornalista Kennedy Alencar, da Rede TV!, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que, na sua avaliação, o golpe militar de 1964 é passado, “faz parte da história” e que ele “não estava preocupado com isso”. Diante da fala, uma assessora do Ministério dos Direitos Humanos perguntou ao presidente se atos programados para lembrar

os 60 anos do golpe e da ditadura militar deveriam, então ser suspensos. “Claro que não!”, Lula respondeu irritado. “Quem disse isso?” Bem, quem disse, ou deu a entender, foi o próprio Lula. Segundo o assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, os atos que lembrarão os 60 anos do golpe estão mantidos.

Fala e ação

Ao Correio Político, Nilmário detalhou toda a agenda que está programada e que ele coordena. Para Nilmário, para além do que Lula fala, é sempre importante observar o que ele faz e sempre fez com relação à ditadura militar e à defesa da democracia.

Memória

“Quando ele me escolheu ministro dos Direitos Humanos em seu primeiro governo, o foco era o direito à memória e à verdade”, diz Nilmário. Para Nilmário, o que Lula não deve querer é aumentar ainda mais possíveis zonas de atrito com os militares.



Ato em Juiz de Fora relembra histórica foto de Dilma

Programação começa em 31 de março e entra por abril

Por isso, é provável que o próprio presidente não participe dos atos programados, que começam no domingo, 31 de março. Nesse dia, haverá em São Paulo, no Parque do Ibirapuera, a “Marcha do Silêncio”. Na segunda-feira (1), um ato marcará o lançamento da pedra fundamental do futuro Museu da Democracia, que será

construído em frente ao Teatro Nacional, no início da Esplanada dos Ministérios. No mesmo dia, haverá no Rio de Janeiro a “Marcha Reversa”. A ideia é fazer ao contrário o que caminho que as tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho fizeram em 1964. A marcha sairá do Rio e irá até Juiz de Fora (MG).

Ponte

Haverá uma parada em Levy Gasparian (RJ). Ali, o general Mourão planejou explodir a ponte que existe na divisa entre o Rio e Minas Gerais, sobre o rio Paraíba, caso houvesse resistência. Parentes do presidente deposto em 64, João Goulart, participarão da marcha.

Povo Krenak

Dois julgamentos simbólicos estão marcados para o dia 2 de abril. O primeiro para uma reparação ao povo indígena Krenak. Em Minas Gerais, na região Krenak, foi criada na época a Guarda Indígena Rural, que treinava indígenas para atuarem como torturadores.

Praça

Em Juiz de Fora, às 16h, haverá um ato em frente à praça onde ficava a auditoria militar. Foi ali que a ex-presidente Dilma Rousseff prestou o depoimento que gerou aquela famosa foto, em que encara os militares que parecem esconder o rosto, envergonhados.

Chineses

O segundo julgamento simbólico será sobre o caso dos nove funcionários da Embaixada da China, presos injustamente em 1965, torturados e expulsos do país. “Há ainda outros eventos”, diz Nilmário. “O golpe não pode ser esquecido para que não mais aconteça”.

Lula reúne senadores para melhorar a relação

Proposta é chegar a acordo sobre a pauta e eliminar atritos

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Seguindo a promessa de manter um maior contato com o Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu com lideranças do Senado Federal e o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na noite de terça-feira (05) no Palácio da Alvorada. O encontro, nomeado como um “happy hour” com os parlamentares, aconteceu na intenção de estreitar os laços entre o governo federal e os parlamentares. O modus operandi dessa reunião ocorreu no mesmo âmbito do encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e demais líderes partidários da Casa.

Como o encontro foi marcado a pedido do presidente da República, ele quem conduziu as pautas do encontro. Além dos senadores, também estavam presentes os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Casa Civil, Rui Costa; de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Paulo Pimenta.

Pautas

Na intenção de ampliar o diálogo entre os poderes Executivo e Legislativo, inclusive para garantir as pautas prioritárias do governo ainda neste primeiro semestre, diversas pautas estavam em jogo. No geral, Rodrigo Pacheco tem menos atritos com o presidente da República em comparação a Lira. Porém, isso não invalida a insatisfação dos senadores com



Lula tenta azeitar relações com Pacheco e demais senadores

a decisão do Executivo em manter a reoneração da folha de pagamento da Previdência aos municípios.

Após pressão do Legislativo, o governo voltou atrás com a MP da reoneração da folha de pagamento para os 17 principais setores da economia e a encaminhou ao Congresso por meio de um projeto de lei. Mas manteve a contribuição para os municípios. A desoneração dos municípios tinha sido construída no Senado, que aprovou a medida no ano passado, tendo na época como relator o senador Angelo Coronel (PSD-BA). Antes da reunião, ao recuar e aceitar enviar projeto sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou que solução semelhante deverá se dar com a desoneração dos municípios (leia na página 5).

“É uma solução parcial, porque não equipara aquilo que está na mesma condição política e jurídica, que é a desoneração da folha dos municípios e que precisa ser feita por projeto de lei”, defendeu Rodrigo Pacheco.

Orçamento

Outro atrito entre o presidente e os parlamentares se refere ao veto presidencial de R\$ 5,6 bilhões para emendas de comissão do Congresso Nacional. Além do encontro com Lula, todos esses assuntos serão discutidos nas Casas ao longo dos dias.

Antes da reunião com o Lula, uma discussão marcada para esta semana no Senado foi adiada. Durante a sessão do plenário da Casa, desta terça-feira (05), o presidente Rodrigo Pacheco adiou a votação de Emenda a Constituição (PEC) sobre porte

de drogas, que estava prevista para ser analisada na Casa na próxima semana.

O presidente do Senado optou por esperar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Nesta quarta-feira (06), a Suprema Corte volta a julgar a descriminalização da maconha para uso pessoal. O Legislativo voltará sua atenção para o debate sobre a criminalização do porte de drogas, independente da quantidade, quando houver um veredicto do STF, inclusive para os próprios parlamentares avaliar a decisão dos ministros do Supremo.

“O Brasil não pode se permitir a uma liberação, uma descriminalização sem uma discussão de política pública e científica pelo Congresso Nacional, que são representantes do povo”, afirmou Pacheco. Ele não descarta o uso da cannabis para uso medicinal.

Após reunião com líderes, governo recua e negocia Perse

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Ana Paula Marques

Em vez de manter a Medida Provisória (MP) que dava fim ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou que irá enviar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL) propondo um novo modelo para o programa. O acordo foi costurado com os próprios parlamentares e anunciado após reunião de Haddad com líderes e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na terça-feira (5).

Com a MP, a pasta da Fazenda havia proposto a retomada da cobrança de impostos para as empresas do setor a partir de abril. O texto gerou protestos de parlamentares, e isso levou a uma tensão entre governo e Congresso. Além disso, o trecho que dava fim ao Perse estava na mesma medida provisória que previa a reoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, outro ponto de tensão entre os poderes.

O governo retrocedeu com a reoneração, na última semana, mas manteve o fim do Perse no texto. Agora, segundo o autor do programa, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), o Perse será redesenhado e o Ministério da Fazenda fará um estudo para identificar os setores que ainda não se recuperaram da pandemia de covid-19, para propor



Após encontro com Lira, Haddad aceita negociar Perse

um texto mais “enxuto”, como declarou Haddad.

Segundo Haddad, o projeto também deverá abordar outro ponto que era extinto na MP: a ampliação da desoneração da folha previdenciária e municípios.

“Nós vamos encaminhar um projeto em relação a municípios e ao Perse com a discussão que foi feita junto aos líderes, que fizeram várias sugestões para enxugar aquilo que eles próprios reconheceram como um completo descontrole do programa”, disse o ministro da Fazenda.

De acordo com Haddad, 11 mil empresas de eventos são beneficiadas com o Perse em todo o Brasil. O governo estima que abriu mão de receber R\$ 10 bi-

lhões com a renúncia fiscal do Perse apenas em 2022. O montante chegou a R\$ 13 bilhões no ano passado. Ou seja, quase R\$ 25 bilhões em seus dois anos de existência.

O ministro também já havia afirmado que, do jeito que foi aprovado, o Perse abriu margem para lavagem de dinheiro, superfaturamento e atividades ilícitas. Por isso, o governo teria proposto o fim do programa. Mas a principal razão é para tentar cumprir a promessa de déficit fiscal zero para este ano.

Setor

o deputado Carreras, que é ligado ao setor de eventos, afirmou que os líderes irão co-

laborar com o ministério para a elaboração do PL.

“A partir do momento que o PL for enviado, a ideia é que ele tramite até o fim de março. Vamos discutir quais filtros e travas para tornar o Perse dentro da natureza do que foi proposto pelos parlamentares, para quem essencialmente tem direito. Os líderes, juntamente com a pasta da Fazenda, terão de elaborar um novo programa”, disse.

O deputado também chegou a declarar que Haddad está comprometido com o novo programa. “Ele deu os números, se colocou à disposição, tanto ele quanto sua equipe, para fazermos confronto dos números, dos dados que foram apresentados pelo setor, para chegar a um entendimento”, afirmou Carreras.

Perse

O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, o Perse, foi criado em 2021 para compensar o impacto negativo das medidas restritivas — como o lockdown — durante a pandemia da covid-19, além de uma forma de compensar perdas financeiras das companhias.

A vigência prevista do Perse era de cinco anos, de 2021 a 2026. No entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a MP acabando com a isenção fiscal para o setor, que voltaria a pagar impostos gradualmente.